



OPINIÃO

Segurança é a chave para o futuro do mercado cripto

Renata Mancini (*)

A *criptoeconomia ocupa hoje um lugar estratégico na transformação do sistema financeiro global.*

Seu dinamismo, inovação constante e promessa de descentralização têm atraído investimentos, talentos e atenção regulatória em escala mundial. Mas todo esse potencial vem acompanhado de uma condição inegociável: sem segurança digital, não há futuro sustentável para o setor.

É justamente nesse ponto que mora o principal desafio — e a maior oportunidade.

Em 2023, dados da Chainalysis revelaram que 34% dos ataques cibernéticos em ambientes cripto ocorreram por meio de phishing e engenharia social. Em outras palavras: a principal vulnerabilidade ainda é o fator humano. Sites falsos, e-mails enganosos e interfaces que induzem ao erro continuam sendo porta de entrada para perdas milionárias. A conscientização dos usuários é fundamental, mas não suficiente. Plataformas e autoridades precisam assumir a corresponsabilidade pela proteção desse ecossistema.

No Brasil, o Banco Central tem dado passos relevantes nessa direção. A abertura de consulta pública sobre a regulamentação dos ativos digitais foi um marco importante para ouvir o mercado e estabelecer bases sólidas para as regras do jogo. O foco na segurança das plataformas, na prevenção à lavagem de dinheiro e na transparência das transações digitais demonstra uma abordagem técnica e coerente com os riscos envolvidos.

Entre as medidas indicadas pelo BC, merece destaque a custódia por armazenamento a frio (cold wallet), que consiste em manter chaves privadas fora do ambiente online. A prática já é adotada pelas principais plataformas do setor e deve ser amplamente incentivada — sobretudo no contexto brasileiro, onde a digitalização avança mais rápido do que a maturidade em cibersegurança.

Outro ponto sensível são os contratos inteligentes, pilares das DeFi (finanças descentralizadas). Segundo a CipherTrace, 70% dos ataques registrados em plataformas DeFi em 2023 ocorreram

por falhas em contratos mal auditados. A recomendação é clara: auditorias rigorosas, contínuas e independentes devem ser padrão, não exceção. O mercado precisa entender que segurança não é entrave à inovação — é, na verdade, o que a viabiliza no longo prazo.

Nesse cenário, o Brasil tem a chance de se posicionar como referência internacional. O arcabouço regulatório em construção, liderado pelo Banco Central e acompanhado pela CVM, segue tendências globais como o Regulamento de Mercados em Criptoativos (MiCA), da União Europeia. Mas, mais do que replicar modelos externos, o desafio é adaptar soluções ao nosso contexto, combinando proteção ao investidor com estímulo à inovação.

Segurança digital não é apenas uma camada técnica do setor cripto. Ela é o pilar central de um ecossistema que se propõe a reinventar a forma como lidamos com dinheiro, contratos, propriedade e confiança. A criptoeconomia representa uma nova arquitetura para o sistema financeiro global — baseada na descentralização, na desintermediação e na soberania individual sobre dados e ativos. Mas esse avanço só é possível se vier acompanhado de estruturas sólidas de proteção.

A promessa de uma economia mais aberta, transparente e inclusiva depende diretamente da capacidade de manter esse ambiente seguro. Afinal, não existe inovação sustentável sem confiança. E confiança, no universo cripto, se constrói com tecnologia robusta, práticas responsáveis e governança eficaz.

Não cabe apenas às autoridades reguladoras ou às plataformas esse papel. Usuários, desenvolvedores, investidores e instituições também têm seu quinhão de responsabilidade. Proteger o ecossistema é proteger o futuro de uma economia que já não é mais alternativa — é realidade em construção.

Se queremos uma criptoeconomia capaz de entregar o que promete, precisamos tratá-la com a seriedade que ela exige. E isso começa por fortalecer o elo mais crítico da cadeia: a segurança.

(*) Head de Compliance da Ripio, líder em tecnologia cripto na América Latina.

A nova face do desemprego tecnológico

Até há pouco tempo, os processos de automação e robotização desempregavam principalmente pessoas que atuavam em chão de fábrica, armazéns e similares.

Vivaldo José Breternitz (*)

Mas agora, com o crescimento explosivo da inteligência artificial (IA), a situação vem mudando rapidamente: os chamados “trabalhadores do conhecimento” ou “de colarinho branco” vem enfrentando uma onda de demissões em todos os níveis, desde cargos iniciais até nos de nível gerencial.

Grandes empresas, de perfil inovador, vêm demitindo, como a Microsoft que dispensou engenheiros de software, a Duolingo, redatores bilíngues, e o Walmart que fez cortes em sua equipe de tecnologia da informação.

Mas há muitos cortes que não viram notícia, principalmente por acontecerem em empresas de menor porte, e o pior é que essas demissões não geram vagas porque as funções simplesmente deixaram de existir.

Por essa razão, uma espécie de medo difuso começa a se espalhar. Empregos de colarinho branco que até muito recentemente garantiam uma vida confortável de classe média — e até classe média alta — estão desaparecendo discretamente: redatores, publicitários, especialistas em comunicação, designers de sites e desenvolvedores de software estão entre as vítimas. Até mesmo profissionais de alto escalão, os chamados “C-levels”, já temem perder seus postos para a inteligência artificial.

Diferentemente de outras ondas de automação, essas mudanças estão ocorrendo em áreas onde contam, ou contavam, o cérebro, o diploma e a habilidade de navegar pelas estruturas organizacionais, e é por isso que o impacto parece tão diferente. Sekoul Krastev, cientista comportamental e diretor da empresa internacional de consultoria The Decision Lab, afirma que as perdas de emprego ligadas à IA causam uma inquietação muito mais profunda.

“Você se sente praticamente obsoleto — como se estivesse sendo substituído por algo melhor do que você, de uma forma que jamais poderá alcançar”, afirma Krastev. A velocidade com que a onda da IA varre o mundo corporativo torna essa transformação ainda mais desconcertante. “É muito mais difícil competir com algo que evolui tão rapidamente que você não consegue prever”, explica. “Você está sendo comparado com algo que nem é humano.”

Segundo Krastev, quando uma pessoa é substituída por outra pessoa, ela pode até sentir que a empresa não precisa dela ou que foi injustiçada. Mas, ao ser substituída por uma IA, a sensação é de um descarte mais profundo — algo que transcende o âmbito pessoal e atinge algo maior, quase existencial.



indypendenz_CANVA

Há um problema adicional: as empresas estão redirecionando investimentos em projetos existentes para iniciativas que envolvem IA, o que pode atingir até os melhores profissionais, que agora procuram se recolocar em um mercado que vem se estreitando em termos de número de oportunidades e de salários.

E o que fazer? A recomendação é se engajar com a IA e buscar o aperfeiçoamento profissional – educação continuada talvez ajude.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor e consultor – vjnitz@gmail.com.

Telemedicina: a chave para democratizar o acesso à saúde no Brasil

A transformação digital no setor de saúde não é mais uma promessa futura, mas uma necessidade urgente para enfrentar as desigualdades do Brasil. A telemedicina, que utiliza tecnologias de informação e comunicação para oferecer serviços médicos a distância, emerge como um pilar estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS), com potencial para revolucionar o acesso à saúde e otimizar recursos. Desde a pandemia da COVID-19, ferramentas como teleconsultas, triagem virtual, telediagnóstico e teleinterconsulta têm ampliado o alcance do atendimento, especialmente em regiões remotas. Projetos como o Conexão Povos da Floresta, que conecta comunidades isoladas da Amazônia, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, exemplificam esse potencial, integrando saúde, inclusão digital e sustentabilidade. Contudo, consolidar a telemedicina como política pública exige superar barreiras de infraestrutura, capacitação e resistência cultural, garantindo que seus benefícios cheguem a todos.



Divulgação

Rafael Figueroa

A telemedicina no SUS oferece soluções concretas para desafios históricos. Em florestas do Amazonas, por exemplo, onde a falta de especialistas é crítica, plataformas de teleconsulta conectam pacientes a médicos em centros urbanos, eliminando viagens de dias por rios ou estradas precárias. Além disso, exames como eletrocardiogramas realizados em postos de saúde podem ser enviados digitalmente para análise por cardiologistas, agilizando diagnósticos. O projeto Conexão Povos da Floresta, por exemplo, leva conectividade e telemedicina a comunidades como a Resex do Rio Cajari, no Amapá, permitindo que moradores acessem consultas e diagnósticos sem deslocamentos longos, economizando tempo e recursos. No Piauí, o programa Piauí Saúde Digital, uma parceria público-privada, já realizou mais de 550 mil atendimentos, conectando todas as cidades do estado a especialidades médicas via teleconsultas e telediagnósticos.

Os benefícios são múltiplos: pacientes ganham acesso rápido a cuidados sem longas esperas, enquanto o SUS reduz custos operacionais e filas em hospitais. Para doenças crônicas, como diabetes, a telemedicina permite monitoramento contínuo via aplicativos que rastreiam glicemia, com orientações remotas que previnem complicações. Além disso, a facilidade de segunda opinião e a colaboração entre médicos via teleinterconsulta elevam a qualidade do atendimento, reduzindo erros diagnósticos.

Apesar do potencial, a telemedicina enfrenta obstáculos significativos. A infraestrutura tecnológica é uma barreira: 22,6 milhões de pessoas não têm internet em suas casas. No geral, o acesso é proporcionalmente menor em estados da região Norte e Nordeste, segundo o IBGE, dificultando teleconsultas em tempo real. A proteção de dados também é crítica: a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) exige sistemas robustos, mas muitas unidades de saúde carecem de recursos para implementá-los. A resistência cultural é

outro desafio, tanto de pacientes, que podem desconfiar do atendimento remoto, quanto de médicos. Além disso, o financiamento público é insuficiente: programas como Telessaúde Brasil Redes e Telesus, embora cruciais, dependem de verbas limitadas, e a expansão para áreas remotas exige investimentos altos.

A regulamentação avançou com a Lei 14.510/2022, que autoriza a telessaúde no Brasil, garantindo segurança de dados e capacitação profissional. A Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) também é um marco, integrando informações entre o SUS e outras esferas com protocolos de interoperabilidade. No entanto, sua implementação varia entre estados, e a capacitação de profissionais precisa ser ampliada. Um médico de uma UBS em área rural, por exemplo, pode hesitar em usar telemedicina sem treinamento adequado ou suporte técnico.

Portanto, a telemedicina é mais do que uma ferramenta, é a chave para um SUS mais inclusivo, eficiente e equitativo. Ao conectar pacientes remotos a especialistas, agilizar diagnósticos e personalizar o cuidado, ela tem o poder de transformar a saúde pública no Brasil. No entanto, sua consolidação exige enfrentar desafios estruturais: investir em conectividade, proteger dados, capacitar profissionais e garantir financiamento sustentável. Parcerias público-privadas e tecnologias como IA e IoT podem ampliar o impacto, mas devem ser guiadas por uma visão de equidade, evitando que o progresso beneficie apenas áreas privilegiadas. O futuro da saúde digital depende de um compromisso coletivo, governo, iniciativa privada e sociedade, para tornar o acesso à saúde um direito universal, não um privilégio. Em 2025, a telemedicina não é apenas uma oportunidade, mas uma responsabilidade: construir um sistema de saúde que chegue a todos, onde quer que estejam.

(Fonte: Rafael Figueroa é empreendedor serial e especialista em machine learning, e CEO da Portal Telemedicina).

News@TI

Grupo liveSEO adquire N1.AG

O Grupo liveSEO anuncia a aquisição da N1.AG, agência referência no desenvolvimento e evolução de e-commerces em plataformas enterprise como VTEX e Salesforce. A operação fortalece a estratégia de expansão do grupo no segmento de tecnologia e marketing digital. Com a aquisição, a N1.AG se funde à FibboWeb, até então uma spin-off do grupo, que passará a operar sob a marca N1. A decisão foi tomada com base na complementaridade dos portfólios: enquanto a FibboWeb atendia projetos focados em plataformas como Loja Integrada, Nuvemshop e Wake, a N1.AG se destacava na atuação junto a plataformas premium.

	José Hamilton Mancuso (1936/2017)	Laurinda Machado Lobato (1941-2021)	Responsável: Lilian Mancuso
Editórias <i>Economia/Política:</i> J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); <i>Ciência/Tecnologia:</i> Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); <i>Livros:</i> Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioph.com.br); <i>Comercial:</i> comercial@netjen.com.br <i>Publicidade Legal:</i> lilian@netjen.com.br	<i>Webmaster/TI:</i> Fabio Nader; <i>Editoração Eletrônica:</i> Ricardo Souza. <i>Revisão:</i> Maria Cecília Camargo; <i>Serviço informativo:</i> Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.	Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.	Jornal Empresas & Negócios Ltda Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080 Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br) Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90 JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003) Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.
Colaboradores: Claudia Lazzarotto, Eduardo Moisés, Geraldo Nunes e Heródoto Barbeiro.		ISSN 2595-8410	